



Rating da República

PEDRO SANTANA LOPES



I. Zon/Optimus.
PT/Oi.

Portugal, plataforma de movimentações estratégicas com reflexos para muitos anos. Lembremo-nos de que, há sete anos, a PT esteve para fazer uma operação, não igual, mas equivalente, com a Telefónica. Não aconteceu. Lembremo-nos de que os espanhóis da Iberdrola quiseram ter uma posição relevante na EDP. Não conseguiram e acabaram por ser os chineses da Three Gorges a alcançar esse objetivo.

Estas diferentes pretensões e opções traduzem o dilema sempre presente na política externa portuguesa entre a via continental e a via atlântica. Na primeira escolha, surgiram ciclicamente, na nossa História, duas hipóteses principais: Espanha ou França. E assim o demonstrou, ao longo de séculos, a política de casamentos acertados com cortes europeias. Também o ilustra, nos tempos mais recentes, a escolha da primeira visita oficial por um novo Presidente da República, um novo primeiro-ministro ou um novo ministro dos Negócios Estrangeiros. A título de exemplo, como Presidente da República, Cavaco Silva escolheu Espanha, enquanto primeiro-ministro eu escolhi o Brasil, José Sócrates fez a mesma opção que o atual Chefe de Estado, enquanto ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulo Portas, decidiu-se por um périplo iniciado em Angola, seguida de Moçambique e Brasília.

2. A instauração da República, a queda do Ultramar e a entrada na União Europeia mudaram, ao longo do século XX, o quadro da política externa portuguesa. E a crise internacional deflagrada em 2008, com epicentro no sistema financeiro ocidental, provocou novas alterações. Entre as que são fáceis de constatar e de entender, conta-se a descapitalização das economias dos nossos vizinhos europeus e a fragilização dos respetivos centros de decisão, sempre importantes na definição das parcerias estratégicas internacionais das suas principais empresas.

Ora, essa limitação em Países europeus coincidiu com a oportunidade de desenvolvimento de processos de privatização, de fusão ou de parceria de empresas estratégicas portuguesas. E as opções, como

A Avenida da Liberdade e o Mundo novo

Encarar os postos de trabalho como insuscetíveis de mudança ou de extinção é uma perspetiva que não se coaduna com a mobilidade dos capitais nos tempos atuais



referi, têm-se dirigido para outras áreas do Mundo. É a globalização, a necessidade de as empresas se internacionalizarem, ganharem escala e músculo financeiro. Na prática, estamos ainda no tempo em que, depois da Revolução e da saída das ex-colónias, estamos a reestruturar o nosso sistema económico. As empresas procuram adquirir força competitiva, capitais sólidos, diversificar mercados.

3. Face a todas estas mudanças na economia portuguesa, que acompanham

os movimentos que existem nas várias paragens do Mundo, é especialmente contrastante a matriz datada e fixista de muitas normas da nossa Constituição.

As pessoas devem convencer-se de que o Mundo está em acelerada mudança e os termos da luta pelos direitos dos mais desprotegidos estão também a modificar-se. Por exemplo, encarar os postos de trabalho como insuscetíveis de mudança ou de extinção é uma perspetiva que não se coaduna com a mobilidade dos capitais nos tempos atuais. Uma lei poderá dizer que os postos de trabalho de uma empresa não podem ser extintos, mas se essa empresa perder o capital e não tiver encomendas, como podem continuar esses empregos a corresponder a salários? Hoje em dia, se os investidores chegam à conclusão

de que o sistema jurídico de um País não protege os seus interesses, rapidamente escolhem outros destinos para os seus investimentos ou deslocalizam as suas empresas.

Deve defender-se "a lei da selva"? Claro que não. Só que é de estar atento e acompanhar as exigências da economia contemporânea. Julgo que a UGT vem dando sinais de entender estes desafios e quero crer que, apesar de tudo, a própria CGTP o fará.

4. Aliás, os sindicatos serão cada vez mais necessários nesta época tão complexa de profundas mudanças nos direitos sociais. A tarefa de modernização do pensamento dessas entidades, bem como das confederações patronais, constitui um desafio altamente estimulante. Se os seus dirigentes pensarem que podem continuar a discutir o mesmo que há uns anos, correm o risco de ser devorados pelos ventos que sopram. Também aqui, um exemplo: o que se passa com a mobilidade e com as propostas de rescisão, por mútuo acordo, na Função Pública atentando na receptividade demonstrada por um número considerável de trabalhadores, constitui, certamente, algo de inesperado para alguns representantes sindicais. Há quem já tenha entendido que os tempos mudaram mesmo e prefira uma indemnização boa ou razoável e investir em esquemas de

poupança, num negócio familiar ou numa deslocação para uma nova fase no estrangeiro do que correr o risco de ser apanhado nalguma crise europeia ou mundial e ficar sem nada.

Os ventos estão mesmo a soprar com muita força. Em Lisboa, também, por exemplo, as grandes marcas já entenderam e vão abrindo lojas novas na Avenida da Liberdade, que são aí procuradas, principalmente, por brasileiros, angolanos e chineses. Pense-se, também, no imobiliário e nos efeitos dos Golden Visa... Todos somos chamados, na intervenção cívica, na esfera profissional e na vida privada a enfrentar estas novas exigências. Oxalá se consiga ir apreendendo os sinais e as mensagens que chegam aos mais variados níveis.

Entretanto, os juros da dívida nos países periféricos baixaram nestes dias e parecem confirmar-se para o terceiro trimestre os bons sinais do segundo. É muito importante, a pouco mais de uma semana da entrega do Orçamento de Estado.

Advogado

Assina esta coluna semanalmente à quinta-feira

Este artigo de opinião foi escrito em conformidade com o novo Acordo Ortográfico.